

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

Em determinada universidade estadual pública, foram abertas inscrições para seu vestibular no mês de dezembro de 2025, e o valor total das taxas de inscrição pagas pelos candidatos ingressou na conta única da universidade nesse mesmo mês e ano. Porém, a prestação do serviço (a aplicação da prova) só veio a ocorrer em fevereiro de 2026.

A partir da situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir, considerando que, no setor público, deve haver o relacionamento do regime orçamentário com o regime contábil.

- 51** Sob o enfoque patrimonial, o registro contábil da variação patrimonial aumentativa, no caso apresentado, deve ter sido efetuado no mês de fevereiro de 2026, quando a prova foi efetivamente aplicada.
- 52** Sob o enfoque orçamentário, a receita orçamentária, no caso em apreço, deve ter sido realizada ainda no mês de dezembro de 2025, quando as taxas de inscrição no vestibular foram efetivamente arrecadadas.

Em relação à mensuração de ativos no âmbito de universidade estadual pública, julgue os itens que se seguem.

- 53** Os gastos com manutenção periódica e reparos de rotina de aparelhos de ar-condicionado das salas de aula devem ser incorporados ao valor do ativo imobilizado.
- 54** O teste de redução ao valor recuperável (*impairment*) é obrigatório para ativos intangíveis com vida útil indefinida, independentemente de haver indícios de desvalorização.
- 55** A reavaliação de um prédio de *campus* universitário que resulte em aumento de valor patrimonial gerará, simultaneamente, uma receita orçamentária de capital.
- 56** Os gastos incorridos na reinstalação de ativo intangível que estava em condições de operação não são incluídos no seu valor contábil.

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada acerca da mensuração de passivos no setor público.

- 57** Em determinada universidade pública, está em curso um processo administrativo sobre o reequilíbrio econômico-financeiro de um contrato com empresa de limpeza, e a assessoria jurídica da instituição considera a obrigação como possível, com saída de recursos provável e com estimativa de valor possível. Nesse caso, a universidade deve registrar uma obrigação em contas de passivo circulante.
- 58** Diante da condenação judicial de universidade pública, em 1.<sup>a</sup> instância, ao pagamento de horas extras retroativas a um grupo de seguranças terceirizados, o procurador jurídico da instituição avaliou a perda como provável, e o montante exato devido foi calculado pelo setor de recursos humanos da instituição. Nesse caso, a universidade deve registrar uma provisão no passivo circulante.
- 59** Um ex-aluno de certa universidade pública pleiteou, na via judicial, indenização por danos morais devido a atraso na entrega de seu diploma; a procuradoria da universidade considerou a obrigação como presente, com probabilidade de saída de recursos remota e com estimativa de valor possível. Nesse caso, a universidade deve reconhecer um passivo contingente e divulgá-lo em notas explicativas às demonstrações contábeis.

Julgue os itens a seguir, relativos às naturezas e aos atributos da informação contábil e às regras de integridade do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

- 60** O atributo P (permanente) em uma conta de passivo indica que a respectiva obrigação será paga com recursos orçamentários do exercício corrente por não depender de autorização orçamentária para ser extinta.
- 61** A regra de integridade do PCASP impede que um lançamento a débito na classe 6 (execução do orçamento) tenha como contrapartida um crédito na classe 8 (execução de controle).
- 62** No registro do empenho de uma despesa de capital (aquisição de imobilizado), há o reconhecimento imediato de uma variação patrimonial diminutiva (VPD) em contas de natureza da informação patrimonial.

Acerca das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, julgue os itens a seguir.

- 63** O balanço financeiro evidencia ingressos e dispêndios orçamentários, razão pela qual pagamentos de restos a pagar e movimentações de depósitos restituíveis ficam excluídos dessa demonstração.
- 64** A demonstração dos fluxos de caixa substitui o balanço financeiro, pois ambas são demonstrações que evidenciam a movimentação de caixa e equivalentes de caixa do exercício sob a mesma estrutura.
- 65** A demonstração das variações patrimoniais evidencia o resultado patrimonial do período a que se refere, apurado a partir das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ainda que tais variações não coincidam temporalmente com a arrecadação da receita ou com o empenho da despesa.
- 66** No balanço orçamentário, o resultado do exercício é apurado pela comparação entre a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária empenhada, independentemente de a despesa ter sido integralmente paga no exercício.

Acerca do balanço patrimonial e da consolidação das demonstrações contábeis, julgue os itens seguintes.

- 67** Na consolidação das demonstrações contábeis do setor público, devem ser eliminados saldos, transações e resultados recíprocos entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação, a fim de evitar dupla contagem.
- 68** A demonstração das mutações do patrimônio líquido evidencia alterações ocorridas no patrimônio líquido, tais como resultado patrimonial do período a que se refere, ajustes de exercícios anteriores e outras mutações que afetam essa estrutura patrimonial.
- 69** No balanço patrimonial aplicado ao setor público, a apuração do superávit financeiro depende da comparação entre ativo financeiro e passivo financeiro, sendo essa informação relevante para a abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.
- 70** As notas explicativas têm a finalidade de substituir demonstrações contábeis eventualmente não elaboradas, desde que apresentem informações suficientes para a compreensão da situação patrimonial, financeira e orçamentária de uma entidade.

Acerca de receita, de despesa e de execução orçamentária e financeira, julgue os itens subsequentes.

- 71** O suprimento de fundos constitui regime de adiantamento aplicável a despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, dispensando o empenho prévio, em razão da urgência ou do pequeno vulto da despesa.
- 72** A fonte ou destinação de recursos corresponde à categoria econômica de receita e de despesa, sendo utilizada para separar receitas e despesas correntes de receitas e despesas de capital.
- 73** Considere a hipótese de que determinado ente público tenha apresentado, ao final do exercício, os seguintes dados relativos à execução orçamentária de despesa e de receita:
- receita orçamentária realizada: R\$ 18.400.000;
  - despesa orçamentária empenhada: R\$ 19.100.000;
  - despesa orçamentária liquidada: R\$ 17.900.000;
  - despesa orçamentária paga: R\$ 17.250.000.

Nessa situação, o ente apresentou déficit orçamentário de R\$ 700.000, restos a pagar processados de R\$ 650.000 e restos a pagar não processados de R\$ 1.850.000.

Acerca de restos a pagar e de despesa com pessoal, julgue o item a seguir.

- 74** Considere a hipótese de que, em determinado exercício, o Poder Executivo municipal tenha apurado receita corrente líquida de R\$ 800.000.000 e despesa bruta com pessoal de R\$ 430.000.000; e que, no total da despesa bruta, estejam incluídos R\$ 10.000.000 referentes a indenizações por demissão e R\$ 8.000.000 referentes a despesas com inativos custeadas por recursos provenientes de contribuições dos segurados ao regime próprio de previdência. Nessa situação, para fins de apuração dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa total com pessoal corresponde a percentual superior ao limite prudencial e inferior ao limite máximo aplicável ao referido poder.

Acerca de despesas de exercícios anteriores (DEA), da conta única do Tesouro Nacional e das Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual, julgue os itens a seguir.

- 75** A relevância da informação contábil está associada ao fato de ela ser completa, neutra e livre de erro material, e a representação fidedigna decorre de seu valor confirmatório e preditivo para usuários.
- 76** De acordo com a Estrutura Conceitual aplicada ao setor público, as informações contábeis de propósito geral restringem-se a dados históricos, sendo inadequada a divulgação de informações prospectivas sobre sustentabilidade futura da prestação de serviços públicos.
- 77** Quando o ente público devedor transfere recursos da conta única do Tesouro para a conta especial destinada ao pagamento de precatórios, deve realizar a baixa do numerário da conta única e, simultaneamente, reconhecer ativo correspondente ao direito junto ao Tribunal de Justiça até a efetivação do pagamento ao credor.
- 78** As DEA, no âmbito do setor público, constituem conta contábil integrante do resultado, que são classificadas como ajustes de exercícios anteriores no balanço patrimonial.

Acerca da mensuração de ativos e passivos nas demonstrações contábeis, das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, estoques e imobilizado, julgue os itens subsequentes.

- 79** A indenização de terceiros relativa a item do ativo imobilizado extraviado ou que tenha sofrido redução ao valor recuperável é compensada contabilmente com a perda reconhecida anteriormente, por se tratar de mesmo evento econômico.
- 80** As perdas decorrentes de atividades operacionais futuras são reconhecidas como provisões quando estimáveis com confiabilidade, ainda que inexistente obrigação presente da entidade na data das demonstrações contábeis.
- 81** Os modelos de mensuração constituem abordagens amplas para mensurar ativos e passivos, ao passo que as bases de mensuração representam formas específicas de mensuração dentro do modelo adotado.
- 82** Quando houver reversão de redução anteriormente reconhecida no valor dos estoques, a respectiva quantia deve ser registrada, no período da reversão, como redução da despesa reconhecida nesse mesmo período.

Acerca de ativos intangíveis, redução ao valor recuperável de ativo não gerador de caixa e de ativo gerador de caixa e demonstrações contábeis, julgue os itens seguintes.

- 83** Na projeção de fluxos de caixa de ativo gerador de caixa para períodos posteriores aos abrangidos por orçamento ou previsão formal, admite-se o uso de taxa de crescimento estável, decrescente, nula ou negativa, conforme as circunstâncias econômicas observáveis.
- 84** Na apuração do valor recuperável de ativo não gerador de caixa, o custo de reposição e o custo de reprodução do ativo devem ser determinados sob base não otimizada, considerando integralmente eventuais excessos de capacidade ou de concepção do bem original.
- 85** Na apresentação das demonstrações contábeis, item que, individualmente, não atinja o nível de materialidade exigido pode ser agregado a outros nas demonstrações contábeis ou nas notas explicativas, sem prejuízo da apresentação separada das classes relevantes e dos itens de natureza distinta.
- 86** Conforme dispõe a NBC TSP, na aquisição de um ativo intangível em combinação no setor público, em que um intangível é parte de outra aquisição, seu custo inicial corresponde ao valor justo na data da aquisição, considerando-se atendido o critério de probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviço.

De acordo com as disposições das normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público (NBC TSP), julgue os itens seguintes.

- 87** Mudanças nas estimativas contábeis devem ter os seus efeitos reconhecidos retrospectivamente, aplicando-se as referidas mudanças a períodos anteriores tão antigos quanto for praticável retroceder.
- 88** Os adiantamentos em caixa e os empréstimos concedidos a terceiros por uma instituição não financeira devem ser classificados na demonstração dos fluxos de caixa da referida instituição como fluxos de caixa decorrentes das atividades de investimentos.
- 89** A consolidação de demonstrações contábeis requer a realização de ajustes que garantam a conformidade das políticas contábeis de cada membro da entidade econômica com as políticas contábeis adotadas pela entidade econômica, de forma que transações e eventos de mesma natureza, ocorridos em circunstâncias semelhantes, sejam submetidos à mesma política contábil.
- 90** Na apresentação de demonstrações contábeis separadas, os investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e em coligadas podem, a critério da entidade, ser contabilizados ao custo, pelo método da equivalência patrimonial ou em conformidade com as disposições da NBC TSP que trata do reconhecimento e da mensuração de instrumentos financeiros.
- 91** Para fins de apresentação de informação orçamentária nas demonstrações contábeis, exige-se que o regime (caixa, competência ou alguma modificação desses regimes) utilizado para a elaboração e apresentação do orçamento seja o mesmo utilizado na elaboração das demonstrações contábeis que contemplem essa informação.

Com relação à análise das demonstrações contábeis, julgue os itens que se seguem.

- 92** Na análise vertical da demonstração do resultado do exercício, a base geralmente utilizada para o cálculo da participação percentual de cada item que compõe a referida demonstração é o lucro líquido do exercício.
- 93** Uma entidade que apresenta índice de liquidez geral inferior a 1 não dispõe de recursos realizáveis no curto e no longo prazos suficientes para honrar todas as obrigações assumidas com terceiros.

Julgue os itens a seguir, considerando as disposições contidas no Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público (MCASP).

- 94** Os recursos arrecadados por meio de operações de crédito são considerados receitas orçamentárias efetivas.
- 95** O princípio orçamentário da universalidade tem por objetivo garantir que todas as receitas previstas e fixadas em cada exercício financeiro integrem um único documento legal em cada esfera federativa.

De acordo com a Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e com a Lei n.º 4.320/1964, julgue os próximos itens.

- 96** Nas contas de compensação devem ser registradas transações que não afetam o patrimônio, mas que, mediata ou indiretamente, possam vir a afetá-lo.
- 97** Cabe à lei de diretrizes orçamentárias, no âmbito de cada ente da Federação, dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.
- 98** As dotações orçamentárias destinadas à aquisição de imóveis que já se encontrem em utilização devem ser classificadas como investimentos pelos entes da Federação.

Relativamente ao patrimônio contábil de uma empresa estatal não dependente, julgue os itens seguintes.

- 99** O patrimônio contábil de uma entidade é constituído somente pelos bens e direitos controlados pela entidade capazes de lhe trazer benefícios econômicos presentes ou futuros.
- 100** Se uma entidade apresenta ativos totais de R\$ 1,5 milhão e passivo de R\$ 1,75 milhão, então, nessas condições, sua situação patrimonial verificada é de passivo a descoberto.

Com relação aos atos e fatos administrativos relacionados a uma empresa estatal não dependente ou de economia mista, julgue os itens subsequentes.

- 101** Atos administrativos que não alterem o patrimônio de forma imediata e que possam, no entanto, gerar modificação patrimonial, podem receber registro contábil em contas de compensação, mas não receberão registro nos livros contábeis obrigatórios.
- 102** Se, para melhor evidenciar a situação patrimonial de uma entidade, o contador escriturou uma perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, conforme estimativa da área responsável, então, no respectivo lançamento, o contador expressou um fato contábil modificativo diminutivo.
- 103** O lançamento a débito de móveis e utensílios e a crédito de caixa, por reduzir a capacidade de pagamento da entidade, expressa um fato administrativo modificativo diminutivo.

Quanto às contas contábeis e ao plano de contas contábil de uma estatal não dependente, julgue os itens a seguir.

- 104** Um crédito em conta de natureza devedora faz seu saldo ser reduzido, o que implica necessariamente o estorno de um lançamento feito anteriormente.
- 105** O plano de contas estruturado para orientar o trabalho cotidiano do setor contábil de uma empresa nada mais é do que um rol das contas habitualmente utilizadas pela entidade, identificadas por um código numérico ou alfanumérico.
- 106** Contas patrimoniais credoras são comumente utilizadas para representar a origem de recursos obtidos pela entidade, podendo também representar retificações em valores patrimoniais ativos, como imobilizados e créditos a receber.

Acerca da contabilização de operações contábeis diversas em empresa estatal não dependente, julgue os itens que se seguem.

- 107** Em empréstimos prefixados contraídos é incorreto levar imediatamente a resultado os juros, devendo estes permanecer escriturados em conta retificadora do passivo correspondente e ser apropriados ao resultado na medida da competência contábil.
- 108** Similarmente ao que ocorre com devoluções ou abatimentos sobre vendas, é permitida a escrituração de descontos comerciais para fins de evidenciação e controle, utilizando-se a conta contábil apropriada, caso isso seja do interesse da entidade.
- 109** A contribuição do empregado para a previdência social deve ser deduzida da despesa de salários, para fins de escrituração contábil, mas a cota patronal destinada ao mesmo fim deve ser adicionada às despesas da entidade.

No que se refere ao balancete de verificação contábil, julgue os itens a seguir.

- 110** O balancete de verificação, quer seja elaborado no início do período contábil, quer no encerramento do período, conterà o conjunto de contas patrimoniais e de resultado utilizadas pela entidade ao longo do exercício social, seus saldos e suas movimentações.
- 111** Balancetes de verificação podem ser apresentados tanto no formato mais simples, apenas com duas colunas, quanto no mais completo, com seis colunas.

Quanto ao balanço patrimonial das entidades estatais não dependentes, julgue os itens subsequentes.

- 112** Obrigações que não possam ter seu vencimento postergado pelo devedor, de forma incondicional, para além do próximo exercício social devem ser classificadas no passivo não circulante.
- 113** Obrigações exigíveis no presente, como fruto de eventos passados e que, provavelmente, provocarão a saída de recursos econômicos futuros da entidade, ainda que não possam ter seu valor confiavelmente estimado, devem, cumprido o critério da relevância, ser provisionadas contabilmente no grupo patrimonial passivo.
- 114** As provisões ativas integram o balanço patrimonial com a finalidade de atender ao regime de competência contábil.
- 115** Investimentos realizados com a aquisição ou o desenvolvimento de conhecimento científico ou técnico são passíveis de registro no ativo não circulante, no grupo de contas do ativo intangível.
- 116** As contas gastos com emissões de ações e ações em tesouraria são redutoras dos direitos residuais dos acionistas e cotistas nos ativos líquidos da entidade.

No que diz respeito à demonstração de resultado do exercício das entidades estatais não dependentes, julgue os itens a seguir.

- 117** As operações descontinuadas devem ser evidenciadas com valores detalhados, em suas receitas e despesas.
- 118** As receitas de juros devem ser apresentadas, na demonstração do resultado do período, separadas da receita principal que lhes deu origem, utilizando-se o método de juros eleito e adotado pela entidade.
- 119** A demonstração do resultado é integralmente composta por valores (receitas e despesas) que estão compreendidos nos resultados abrangentes da entidade.
- 120** Nenhuma receita ou despesa pode ser evidenciada como resultado extraordinário.

**Espaço livre**